



QUEM TEM MEDO DA SEXUALIDADE? CAMINHOS PARA DISCUTIR SAÚDE SEXUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Jacicleide de Sousa Oliveira ¹
Larissa Cristina Pereira dos Reis ²
Leônidas Amorim Costa ³
Nelane do Socorro Marques Silva ⁴
Sandra Nazaré Dias Bastos ⁵

RESUMO

A sexualidade na escola independe da existência, ou não, de uma disciplina específica para discuti-la e, mesmo que esse assunto não esteja presente nos regimentos escolares, a sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos. Sendo considerado um tema de difícil abordagem pelos educadores, é importante que sua abordagem transcenda o aspecto médico-higienista e se conecte com a realidade dos estudantes. Diante deste contexto, nossa pesquisa descreve o desenvolvimento de uma sequência didática com estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental, no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), para discutir a sexualidade de forma transversal, promovendo a quebra de tabus e preconceitos. Partindo de um diagnóstico inicial sobre as percepções dos alunos em relação ao tema, planejamos atividades interativas e reflexivas que possibilitaram a integração entre o conhecimento prévio dos estudantes e novos saberes relacionados à saúde sexual, à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, à gravidez não planejada e ao conhecimento e respeito do próprio corpo e do corpo do outro. As atividades foram desenvolvidas ao longo de dez encontros, nos quais foram discutidos, além dos aspectos anátomo-fisiológicos, questões como: relações e identidade de gênero, gravidez na adolescência, masculinidades, entre outros temas, uma vez que os estudantes sinalizaram em suas respostas o reforço a uma sexualidade heteronormativa, dúvidas sobre identidade de gênero e sinalizaram que a educação sexual deveria ser conduzida pelos pais. A sequência contemplou momentos de sensibilização, discussão em grupo, análise de materiais educativos e síntese coletiva, promovendo o desenvolvimento físico, emocional, social e intelectual dos jovens, e incentivando a construção de uma consciência crítica e responsável sobre sua sexualidade.

Palavras-chave: PIBID, Educação em Ciências; Sequência Didática; Educação e Sexualidade; Relações de Gênero.

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais da Universidade Federal do Pará - UFPA, IECOS, FACIN oliveirajacy70@gmail.com; email.com;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais da Universidade Federal do Pará - UFPA, IECOS, FACIN, larissapimentel2190@gmail.com;

³ Professor Supervisor, Mestre em Biologia Ambiental, Secretaria Estadual de Educação do Pará, leonidas.costa@escola.seduc.pa.gov.br;

⁴ Professora Coordenadora do Núcleo PIBID, Doutora em Biologia Ambiental, FBIO/IECOS/UFPA, nelane@ufpa.br;

⁵ Professora orientadora, Doutora em Educação em Ciências e Matemáticas, FBIO/IECOS/UFPA, sbastos@ufpa.br.





INTRODUÇÃO

Dentre os conteúdos trabalhados no ensino de ciências que são considerados difíceis de relacionar com o dia a dia dos alunos, podemos destacar a sexualidade que, em geral, é abordada por meio dos sistemas nomeados reprodutores, limitando-se à apresentação da morfologia e fisiologia dos órgãos. A sexualidade é construída ao longo da vida sendo marcada pela história, pela cultura e pela ciência envolvendo, além disso, afetos e sentimentos, sendo expressa de maneira singular por cada sujeito (VERUSSA; COAN, 2011). Nesse sentido, podemos ressaltar que a sexualidade permeia e manifesta-se nos indivíduos por toda a sua existência, porém, é no período da adolescência que ela se intensifica o que justifica que, nessa etapa, a educação voltada para a sexualidade seja mais dinâmica, interessante e eficaz.

De acordo com Viana, Ramos e Oliveira (2018) a sexualidade, especialmente na fase da adolescência, precisa ser abordada de maneira didática e com práticas efetivamente pedagógicas, que sejam reflexivas e produzam conhecimento, considerando que, na maioria dos casos, a escola é a única fonte de acesso às informações atualizadas, confiáveis e adequadas, com bases sólidas e científicas. De acordo com Maia, Soares e Medeiros (2016) a vivência da sexualidade ocorre através de transformações físicas e psicológicas, sendo acompanhadas por aspectos sociais e culturais que influenciam as suas emoções e a percepção de si próprio, criando visões positivas ou negativas, principalmente no período da adolescência.

Considerada como tema de difícil abordagem para muitos professores, é cercada de tabus, repressões e distorções que normalmente reduzem sua complexidade à ideia biológica de genitalidade e reprodução (BEAZORTI, 1994). A abordagem restrita, por vezes, é fomentada por documentos oficiais como alerta SOUZA-JÚNIOR (2018) no estudo que realizou com o objetivo de analisar as questões de gênero, sexualidade e orientação sexual na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC), observando que houve um retrocesso sobre essas discussões neste que é o documento que rege o currículo escolar nacionalmente. Atualmente a discussão é pontual e concentrada na disciplina de Ciências, mais especificamente no 8º ano, no tópico vida e evolução, com reforço da tão criticada visão médico-higienista, com as habilidades a serem desenvolvidas pelos estudantes, voltando-se para a prevenção das infecções sexualmente transmissíveis e da gravidez precoce (NASCIMENTO; RIBEIRO; SILVA, 2023c).





Para Zompero et al. (2018), a educação para a sexualidade é fundamental na formação do estudante, tanto no aspecto pessoal, como no social, e a escola deve contribuir para esta formação. Diante disso, é preciso que a formação de professores (inicial e continuada) invista na abordagem e problematização destes conteúdos para que eles possam ser trabalhados de forma a promover uma aprendizagem significativa aos estudantes.

Programas que integram a Política Nacional de Formação de Professores, tal como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) têm como premissas básicas o entendimento de que a formação de professores nos cursos de licenciatura trabalhe habilidades e competências que lhes permitam realizar um ensino de qualidade nas escolas de Educação Básica (BRASIL, 2018). O PIBID foi criado em 2007 e instituído em todo o país como ação da Política Nacional de Formações de Professores pelo Ministério de Educação (BRASIL, 2017). O programa oferece bolsas de iniciação à docência, com o propósito de apoiar estudantes de licenciaturas das instituições de ensino superior, contribuindo para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a Educação Básica. Tardif (2014) afirma que para se compreender os saberes do professor devemos sempre levar em consideração a sua relação com o trabalho na escola e na sala de aula. Além disso, observar e conviver com professores mais experientes contribui para a construção de novos saberes.

Em Bragança, o núcleo PIBID é interdisciplinar, com a participação dos cursos de licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Ciências Naturais, sendo composto por 16 alunos, três professoras orientadoras (coordenadoras do núcleo), além de dois professores supervisores. As atividades são desenvolvidas em duas escolas públicas: EEEFM Professora Argentina Pereira e a EEEFM Professora Yolanda Chaves, localizadas na zona urbana da cidade. As atividades que serão descritas em seguida, foram desenvolvidas na EEEFM Professora Yolanda Chaves que atende alunos do Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio, nas modalidades de ensino regular e Educação de Jovens e Adultos (EJA) que são provenientes da zona urbana, rural e praiana do município e que, em geral, encontram-se em situação de vulnerabilidade social e econômica.

O contato prévio do acadêmico com o desenvolvimento de atividades de diferentes naturezas agrega à sua formação inicial saberes científicos e pedagógicos que serão aliados à sua experiência profissional. Compreende-se que o PIBID trabalha em favor da melhoria do processo de ensino aprendizagem da rede pública, ao mesmo tempo em que é fundamental para a formação inicial de licenciandos e a formação continuada dos professores que já atuam





na escola. Diante deste cenário, nosso objetivo é descrever e discutir uma atividade desenvolvida como parte inicial de uma sequência didática, que por meio de uma diagnose, buscou analisar como os estudantes compreendem a sexualidade, quais suas possíveis dúvidas e a quem eles atribuem o papel de discutir essas questões com os jovens.

METODOLOGIA

A atividade se deu no contexto de uma sequência didática composta por diversos instrumentos e estratégias para abordar sob várias dimensões o tema sexualidade. Os dados analisados correspondem a um recorte dessa sequência, especificamente a diagnose que deu início à proposta didática. A diagnose educacional nada mais é que um processo que busca identificar necessidades e habilidades dos alunos para que o professor possa desenvolver planos de ensino personalizados. Barbosa e Cunha (2019) afirmam que a realização de uma atividade diagnóstica permite ao professor planejar com mais segurança as atividades em sala de aula a partir de um ponto que leva em consideração as características da turma e o que os alunos sabem sobre o tema. Assim, o professor tem liberdade para traçar caminhos para melhor atender as necessidades de seus estudantes.

A atividade foi realizada, com 40 estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental, da Escola Estadual Professora Yolanda Chaves, no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Para construção de nossos dados, utilizamos uma “caixa secreta” para que os alunos, de forma anônima, depositassem suas respostas para as seguintes perguntas: 1) O que você entende sobre sexualidade? 2) Quais as suas curiosidades sobre a sexualidade? 3) De quem é a responsabilidade para falar sobre de sexualidade com os jovens?

As respostas foram organizadas, codificadas e transcritas para montagem de um banco de dados. Em seguida foram analisadas em seu conteúdo a partir da metodologia descrita por Bardin (1977). A análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de dados qualitativos, organizada em três etapas:

- 1) Pré-análise: Corresponde à fase de organização propriamente dita e que tem como objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias para o conteúdo ficar mais acessível. Consiste em uma leitura flutuante do material a ser analisado para definição de hipóteses e definição de indicadores;
- 2) Exploração do material: Nesta fase fizemos a codificação das respostas, com a definição das unidades de registro (palavras ou segmentos), que foram agrupadas em



categorias ou núcleos temáticos. Aqui o objetivo é transformar os dados brutos em informações organizadas e sistematizadas;

- 3) Tratamento e interpretação dos dados: Essa fase é o momento de dar sentido aos dados obtidos, com a interpretação dos dados de forma clara, argumentativa e articulada com base nos objetivos da pesquisa e no referencial teórico. É a etapa de reflexão e síntese, em que se produzem conclusões e inferências que explicam o fenômeno estudado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em relação à **pergunta 1: "O que você entende sobre sexualidade?"** as respostas dos estudantes apresentaram variações significativas e, em sua maioria, elas sinalizaram concepções de sexualidade limitadas à dimensão cis-heteronormativa que toma a reprodução como objetivo fim dessa fase, como podemos observar a seguir:

[Estudante 1]: “Sobre a sexualidade **masculina** e sexualidade **feminina**, não tem diferença”

[Estudante 2]: “Que a sexualidade **é efetuada com um homem e uma mulher**”

[Estudante 22]: “Eu entendo que a sexualidade **é a junção de duas pessoas para gerar uma nova pessoa**, para formar novas gerações”.

Algumas poucas respostas mostraram uma compreensão mais ampliada, que considera a sexualidade como relação, que inclui a afetividade, além de outras possibilidades de identidade de gênero, como a resposta a seguir:

[Estudante 28]: “Sexualidade é aquilo que te faz bem, **trans, por exemplo é alguém que nasce de um jeito, mas não se sente confortável, daí ele transiciona para o jeito que se sente bem**, até por que ela tem livre escolha disso” (Estudante 28).

As respostas dos estudantes evidenciam como as concepções de sexualidade ainda são, em grande parte, moldadas por uma perspectiva heteronormativa e biologicista, que reduz a sexualidade ao ato sexual entre homem e mulher e à reprodução. De acordo com Santos (2010) a heteronormatividade é um conjunto de práticas e discursos que naturalizam a heterossexualidade como norma social e institucional, influenciando o modo como a escola organiza o currículo, interpreta comportamentos e forma identidade. Neste sentido, a escola constitui-se como um sistema que naturaliza e legitima a heterossexualidade como um único





modelo válido de sexualidade. No contexto escolar essa lógica se manifesta em práticas que buscam corrigir e normalizar comportamentos que escapam ao padrão heterossexual.

Possivelmente esse cenário está diretamente relacionado à ausência de uma abordagem crítica e transversal da sexualidade nos currículos escolares, especialmente após o enfraquecimento das diretrizes propostas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997) que foram substituídas por uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que, como apontam Silva e Bastos (2024) foi influenciada por discursos conservadores que restringiram o debate sobre gênero e sexualidade no currículo escolar.

Respostas que apontam para uma compreensão mais abrangente e subjetiva da sexualidade, com o reconhecimento da identidade trans como parte legítima do espectro da sexualidade humana, demonstram que, apesar da hegemonia de discursos heteronormativos, os estudantes têm acesso, ainda que de forma muito incipiente, a outras narrativas que consideram a possibilidade de existência de outras identidades. Segundo Pereira e Santos (2021), a escola é um espaço essencial de construção de saberes e deve romper com a reprodução de ideologias conservadoras que marginalizam identidades não normativas. Eles defendem que a abordagem sobre diversidade sexual e de gênero não é apenas um tema de relevância social, mas uma necessidade pedagógica para promover o respeito, a tolerância e a cidadania.

Para Louro (2008), a construção do gênero e da sexualidade é um processo contínuo e social, e a escola, como instância formativa, precisa abordar esses temas de forma crítica e humanizadora. Assim, mostrando que a inclusão dessas discussões nos currículos escolares contribui para a desconstrução de estigmas, fomenta o respeito às diferenças e prepara os alunos para viver em uma sociedade plural e democrática.

No que diz respeito à pergunta 2: **“Quais suas curiosidades sobre a sexualidade?”** foi possível identificar que as dúvidas mais recorrentes entre os estudantes giraram em torno da prevenção de doenças

[Estudante 21]: “A minha curiosidade é saber **que tipos de doenças que pode transmitir, tanto para a mulher ou homem**”.

[Estudante 22] **“Como eu posso me prevenir para sexualidade”**

[Estudante 7] **“Quais tipos de doenças a pessoa pode pegar? se a gente pode morrer por causa dessa doença?”**.





A curiosidade sobre a prevenção de doenças demonstra que para esses jovens a sexualidade ainda é compreendida, majoritariamente, a partir de uma perspectiva preventiva, o que reflete o modelo hegemônico adotado pelas escolas que priorizam o enfoque médico-higienista (DINIS; ASINELLI-LUZ, 2007; NASCIMENTO et al., 2023a). Embora essa abordagem seja importante para promover a saúde sexual, ela é limitada quando desconsidera dimensões afetivas, identitárias e culturais da sexualidade humana. Focando apenas em uma dimensão, a escola funciona como espaço para corrigir condutas, incluindo as relacionadas à sexualidade, muitas vezes reforçando normas rígidas e desconsiderando aspectos sociais e históricos (NASCIMENTO et al. 2023b).

É óbvio que discutir as características, formas de contágio e prevenção das infecções sexualmente transmissíveis é muito importante já que elas se constituem como um dos principais problemas de saúde pública associados aos adolescentes, conforme observam Monteiro e Jesus (2019). Considerando o contexto no qual muitos adolescentes deixam de ser orientados pela família, pois muitas vezes se sentem constrangidos para falar sobre o assunto, a escola é um ambiente propício para promover a devida orientação por meio da educação sexual (MONTEIRO; JESUS, 2019). No entanto, acreditamos que a limitar a educação sexual na escola apenas à esta dimensão da sexualidade limita o potencial de discussão com os jovens, uma vez que muitas outras dimensões podem ser abordadas.

Por outro lado, algumas respostas envolveram questões relacionadas à identidade de gênero e orientação sexual, como é possível ver nas respostas a seguir:

[Estudante 3]: "**Por que tem pessoas que gostam de pessoas da mesma sexualidade?**"

Tal resposta indica o impacto das transformações sociais e culturais que vêm questionando padrões normativos de gênero e sexualidade. Esse tipo de curiosidade é especialmente relevante, pois desafia o modelo cis-heteronormativo e sugere que os estudantes estão expostos a novas formas de compreensão sobre si e sobre o outro. No entanto, a ausência de discussões sobre diversidade sexual na escola e nos livros didáticos revela um cenário de invisibilidade que contribui para a manutenção de preconceitos e para o reforço da heteronormatividade. É o que concluem Silva e Bastos (2024) ao analisarem livros didáticos de Ciências da Natureza do Ensino Fundamental. As autoras pontuam que, no material analisado, os conteúdos são restritos à sexualidade heterossexual, excluindo outras

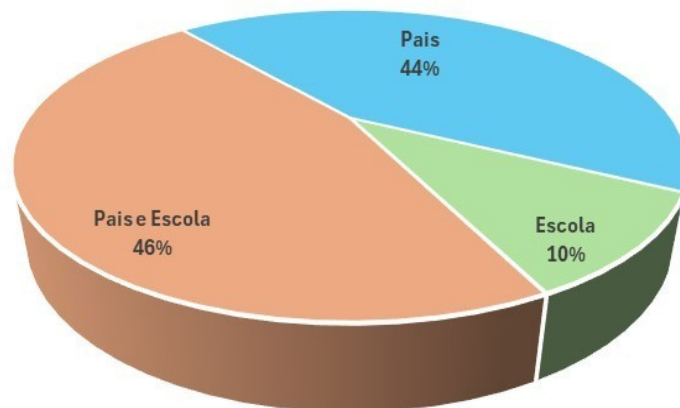


formas de vivência afetiva e reduzindo o tema a uma perspectiva biológica-preventiva, centrada na reprodução e nas infecções sexualmente transmissíveis.

Petry e Meyer (2011), apontam como a escola tende a reproduzir uma lógica heteronormativa que naturaliza apenas dois gêneros — masculino e feminino — e exclui os sujeitos que escapam dessa norma. Essa exclusão simbólica também é reforçada pela ausência de representações positivas da homoafetividade nos materiais pedagógicos, atribuindo ao professor o encargo solitário de promover tais debates (IMPERATORI, et al. 2008). Assim, o apagamento da diversidade sexual nas práticas escolares e nos materiais didáticos impede a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva e cidadã, que reconheça a pluralidade das identidades e das formas de afeto (FURLANI, 2008; SANTOS, 2010).

Quando perguntamos **“De quem é a responsabilidade para falar sobre sexualidade com os jovens?”** os dados são bastante emblemáticos uma vez que, embora a maioria dos estudantes (46%) tenha sinalizado que a responsabilidade cabe aos pais e à escola, uma parcela significativa dos estudantes (44%) apontam que cabe apenas aos pais essa responsabilidade (Figura 1).

Figura 1 – A quem cabe discutir a sexualidade com os jovens?



Fonte: Gráfico elaborado pelos autores

Um número expressivo, entretanto, apontou a escola como principal agente formador nesse campo, justificando em suas respostas que “muitos pais não falam sobre isso”. Essa percepção revela o papel de destaque que a instituição escolar ocupa no imaginário dos estudantes quando se trata de acesso à informação qualificada e segura. Dessa forma, é importante que o ambiente escolar seja capaz de proporcionar o acesso a informações atualizadas do ponto de vista científico, além de instigar o debate sobre os diversos valores





associados à sexualidade e aos comportamentos sexuais existentes na sociedade, de modo que se desenvolva nos educandos o raciocínio crítico e autônomo, capaz de assumir atitudes coerentes com os valores que ele próprio eleger como seus (AMORIM; MAIA, 2012).

Um estudo realizado por Nery et al (2015) sinaliza que os pais geralmente não sabem como agir diante das demonstrações de sexualidade dos filhos e têm dificuldades para saber “o quê” abordar em uma conversa com eles. Desse modo, quando a conversa acontece, ela se limita apenas à parte biológica da sexualidade (ligada ao ato sexual) e às questões ligadas à contracepção e prevenção de doenças, tendo como fundamento, invariavelmente, a forma como os pais viveram sua sexualidade quando adolescentes. Os autores afirmam que fatores culturais, religiosos e socioeconômicos influenciam fortemente nesse momento.

Por outro lado, Castro, Abramovay e Silva (2004) sinalizam que, embora haja uma forte tendência a considerar que a escola é, de fato, um lugar ideal para trabalhar os temas relacionados à sexualidade, nem sempre essa vontade tem o respaldo de um planejamento pedagógico explícito e continuado. Sendo assim, esse tema fica apenas no âmbito da intenção, com palestras limitadas a uma data específica, às aulas de ciências e biologia ou, ainda, em conversas individualizadas com os estudantes, pelos corredores, muitas vezes no plano de opiniões contra posturas preconceituosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da "caixa de perguntas" mostrou-se eficaz para minimizar inibições e criar um ambiente de confiança, aspecto fundamental ao se tratar de um tema ainda permeado por tabus e censuras culturais. A realização desta atividade sinalizou pontos importantes que devem ser observados na educação em sexualidade. Em um primeiro lugar a relevância e urgência de tratar a educação sexual de forma mais ampla, crítica e contínua no contexto escolar. Em segundo lugar, nossos resultados evidenciaram que é preciso investir na discussão de que a sexualidade não é apenas um ato biológico e heteronormativo. É preciso ampliar essa discussão no sentido de incluir para além da dimensão biológica, as dimensões afetivas, sociais e culturais.

A análise das respostas mostrou que os alunos reconhecem a escola como espaço legítimo para tratar do tema, o que reforça o papel social da instituição como promotora de saberes voltados à formação cidadã. A metodologia utilizada favoreceu a escuta sensível e o





respeito à individualidade dos sujeitos, contribuindo para o desenvolvimento de um ambiente de diálogo e confiança.

Para nós, futuros docentes, a experiência permitiu uma aproximação significativa com a prática docente, o que fortalece a construção de saberes pedagógicos articulados à realidade escolar. Isso vai ao encontro das premissas do PIBID e dos autores que defendem a importância da vivência prática na formação de professores, como Tardif (2014). A formação inicial e continuada de professores precisa considerar essa temática como prioridade, promovendo práticas que rompam com silenciamentos e contribuam para o desenvolvimento de uma educação integral, inclusiva e emancipadora.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos à CAPES pela concessão da bolsa de iniciação à docência que nos permitiu viver tantas experiências exitosas na escola. Agradecemos ainda à escola Profa. Yolanda Chaves por sediar tão importante projeto.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Rita Mayara; MAIA, Ana Cláudia Bortollozi. Sexualidade na adolescência: dúvidas de alunos de uma escola pública. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 7, n. 4, p. 95–106, 2013.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais – Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Portaria nº 38, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 dez. 2007.

BARBOSA, Marcos Ferreira; CUNHA, Myrian Crestian. Avaliação diagnóstica em propostas de sequência didática elaboradas por professores de português em formação inicial. **Entrepalavras**, Fortaleza, v.9, n.2, p.453-472, maio-ago/2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**, Lisboa, Portugal, Editora Edições, 1977.

BEAZORTI, Paulo. Sexualidade: um conceito psicanalítico freudiano. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**, v. 52, p. 113-117, 1994.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO, Brasil, 2004.

DINIS, Nilson; ASINELLI-LUZ, Araci. Educação sexual na escola: discursos, políticas e práticas. **Revista Educação em Questão**, v. 29, n. 18, p. 113-130, 2007.





FURLANI, Jimena. Mulheres só fazem amor com homens? A educação sexual e os relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56), 2008.

IMPERATORI, Thaís; LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora Santos W. Qual diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros? **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 8: Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, SC. 25 a 28 de agosto de 2008.

SOUZA-JÚNIOR, Paulo Roberto. A questão de gênero, sexualidade e orientação sexual na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o movimento LGBTTQIS. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 4, n. 1, p. 1-21, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pró-posições**, 19 (2), 17-23., 2008.

MAIA, Tatiana Quaglio; SOARES, Larissa Oliveira; MEDEIROS, Victoria Maria de;. Educação para sexualidade de adolescentes: experiência de graduandas. **Nexus-Revista de Extensão do IFAM**, v. 2, n. 2, p. 71-78, 2016.

MONTEIRO, Camila de Jesus; JESUS, Thaynês Batista de. **Avaliação do nível de conhecimento dos jovens a respeito das manifestações orais de infecções sexualmente transmissíveis** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Odontologia). Universidade Federal de Sergipe, Lagarto, 2019.

NASCIMENTO, Neyson Andrew Torres; LIMA, Thais Viana das Chagas; FELIX, Rosigleyse Corrêa de Sousa; SILVA, Nelane do Socorro Marques; BASTOS, Sandra Nazaré Dias. Corpo, gênero e masculinidades no ensino de Ciências:(re) leituras do silêncio. **Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio**, 16 (nsp.1), p. 1036–1061. 2023a.

NASCIMENTO, Aline Silva do; JOBIM, Mariana Lima Albuquerque; SANTOS, Thailane Daniele Vieira; SILVA, João Paulo Malta; SIMÕES, Tâmyssa dos Santos. A importância da prevenção sexual para adolescentes em fase escolar no Brasil: uma percepção do enfermeiro. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Volume 6, nº 13. 2023b.

NASCIMENTO, Juliana Pereira do; RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Tiago. Educação sexual na BNCC: desafios e perspectivas críticas. **Revista e-Curriculum**, v. 21, n. 1, p. 1-20, 2023c.

NERY, Inês Sampaio; FEITOSA, Jairo José de Moura; SOUSA, Álvaro Francisco Lopes; FERNANDES, Ana Catharina Nunes. Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes, **Acta paul. enferm.** 28 (3), May-Jun, 2015.

PEREIRA, Gerson Avelino Fernandes; SANTOS, Gilmar Gonçalves. *Identidade de gênero e orientação sexual na escola: um debate necessário*. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, 2021.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Estermann; *Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa*. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, v. 10, n. 1, 2011.

SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. *Heteronormatividade e Educação: algumas questões para (re)pensar o cotidiano escolar*. In: **XV ENDIPE – Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.





SILVA, Adriane Pereira Ferreira; BASTOS, Sandra Nazaré Dias; A sexualidade nos livros didáticos de Ciências da Natureza: que lugar ocupa a homoafetividade? **Revista Bio-grafia**, Vol. 17. Número Extraordinário: Memórias do XII Congresso Latinoamericano de Enseñanza de la Biología y la Educación Ambiental, 2024.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

VERUSSA, Amanda Caroline Carneiro; COAN, Cherlei Marcia. O trabalho sobre sexualidade nas escolas municipais de campo Mourão-PR na concepção dos gestores educacionais. **Revista de Educação do IDEAU**, v.6, n.14, p. 1-14, 2011.

ZOMPERO, Andreia Freitas; LEITE, Cristiane Mota; GIANGARELLI, Douglas Caldeira, BERGAMO, Maurício Cristiano. A temática sexualidade nas propostas curriculares no Brasil. **Revista Ciências & Ideias**, p. 101-114, 2018.

